

ECONOMIA SUBMERSA: um estudo de caso dos determinantes da informalidade no Distrito Federal

Autoria: Sávio Túlio de Queiroz Oliveira, José Carneiro da Cunha Oliveira Neto, André Luis Marques Serrano

Resumo

A decisão de se regularizar ou não um negócio pode ser considerada uma escolha estratégica. Por um lado, tornar legalmente formal um empreendimento pode acarretar custos adicionais que dificultariam a competitividade da firma, por outro manter-se na ilegalidade reduz as garantias de propriedade do empreendedor, além de expô-lo a punições governamentais que podem inviabilizar a continuação do empreendimento. Entender os motivos que fundamentam essa decisão é de grande importância para a legislação corporativa e ação governamental. O presente estudo tem como objetivo compreender os fatores que influenciam na decisão de se regularizar ou não um negócio. Para isso foi utilizado um modelo *Logit*, cujos dados foram obtidos por meio da aplicação em capô de um questionário estruturado. A pesquisa está restrita ao estudo de caso das motivações que empreendedores que atuam em uma famosa área de comercialização do Distrito Federal, chamada Feira dos Importados, têm para regularizar seus negócios. De um total de 1758 empreendedores, 232 indivíduos, aleatoriamente selecionados, foram entrevistados. Segundo a Pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor*, GEM 2009, realizada pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) em parceria com o SEBRAE, fica evidente o gradativo crescimento do empreendedorismo por oportunidade no Brasil, que aumentou de 8,5%, em 2001, para 9,4%, em 2009. Consta na pesquisa que o Brasil é o sexto maior empreendedor dentre os países com crescimento econômico comparáveis, com uma taxa de 15,3%, equivalentes a 18,8 milhões de pessoas. Essa taxa se refere à soma dos empreendimentos novos, até três anos de vida, e dos nascentes, projetos até três meses de vida, pelo total de empreendimentos. A partir da análise deste e outros dados da GEM de 2001 a 2009, conclui-se que a geração de renda e conseqüente elevação do PIB têm relação direta com as atividades empreendedoras. Cacciamali (2009) afirma que existem duas vertentes no conceito de “setor informal”, são elas: o conjunto de atividades econômicas onde os fatores trabalho e capital dentro de um processo produtivo não são claramente separados, geralmente, ressalta a autora, tal caso é evidenciado em pequenas empresas; e, a segunda conotação refere-se a toda atividade econômica desenvolvida fora da esfera regulatória, seja ela tributária, trabalhista ou outra. Neste sentido, o termo “economia submersa” é mais adequado para denotar as atividades do setor informal. Os resultados encontrados apontam que escolaridade, horas de trabalho diária, situação ocupacional no momento de abertura do negócio e medo de punição aumentam as chances do negócio ser regular, enquanto a visão negativa da qualidade dos serviços públicos e da presença de corrupção no governo afetam negativamente a probabilidade de regularização do negócio. O medo da fiscalização mostrou-se pouco relevante na decisão.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo de compreender os fatores que levam os empreendedores a optarem pela informalidade empresarial, quais os motivos para a economia submersa ser tão expressiva em porcentagem sobre o Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil e qual a percepção dos empreendedores sobre as políticas de contenção da informalidade.

A decisão de se regularizar ou não um negócio pode ser considerada uma escolha estratégica. Por um lado, tornar legalmente formal um empreendimento pode acarretar custos adicionais que dificultariam a competitividade da firma, por outro manter-se na ilegalidade reduz as garantias de propriedade do empreendedor, além de expô-lo a punições governamentais que podem inviabilizar a continuação do empreendimento. Entender os motivos que fundamentam essa decisão é de grande importância para a legislação corporativa e ação governamental.

Segundo Machado, Azevedo e Silva (2007) o crescimento econômico brasileiro vem sendo freado devido à baixa produtividade do cidadão brasileiro e ao alto índice de informalidade, onde a taxa de crescimento do PIB pode ser considerada insatisfatória em relação à de países emergentes. Tendo em vista essa dificuldade Machado, Azevedo e Silva (2007) ainda ressaltam que a economia informal é um assunto preocupante para o governo federal e vem sido alvo de diversas políticas públicas nos últimos anos.

Em relação às políticas governamentais, não cabe a este estudo mensurar seus impactos diretos ou indiretos na economia submersa, mas expor a percepção dos empresários em relação a tais políticas, se elas têm efeito na decisão pela informalidade empresarial.

Degen (1989) afirma que “[...] a riqueza de uma nação é medida por sua capacidade de produzir, em quantidade suficiente, os bens e serviços necessários ao bem-estar da população”, assim sendo, Machado, Azevedo e Silva (2007) reiteram a importância dos empreendedores em relação ao crescimento do País, em virtude de sua capacidade inovadora e iniciativa. Empreendedor para Dornelas (2005) são as pessoas que transformam idéias em oportunidades, e afirma que quando há uma perfeita implementação dessas oportunidades surgem os negócios de sucesso.

Segundo a Pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor*, GEM 2009, realizada pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) em parceria com o SEBRAE, fica evidente o gradativo crescimento do empreendedorismo por oportunidade no Brasil, que aumentou de 8,5%, em 2001, para 9,4%, em 2009. Consta na pesquisa que o Brasil é o sexto maior empreendedor dentre os países com crescimento econômico comparáveis, com uma taxa de 15,3%, equivalentes a 18,8 milhões de pessoas. Essa taxa se refere à soma dos empreendimentos novos, até três anos de vida, e dos nascentes, projetos até três meses de vida, pelo total de empreendimentos. A partir da análise deste e outros dados da GEM de 2001 a 2009 conclui-se que a geração de renda e conseqüente elevação do PIB têm relação direta com as atividades empreendedoras.

Porém essa capacidade de crescimento empresarial, em termos quantitativos, não se reflete direta e proporcionalmente ao crescimento do PIB devido à submersão de algumas empresas.

Os resultados encontrados apontam que escolaridade, horas de trabalho diária, situação ocupacional no momento de abertura do negócio e medo de punição aumentam as chances do negócio ser regular, enquanto a visão negativa da qualidade dos serviços públicos e da presença de corrupção no governo afetam negativamente a probabilidade de regularização do negócio. O medo da fiscalização mostrou-se pouco relevante na decisão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As pesquisas relacionadas à informalidade empresarial, também conhecida como economia submersa, têm grande dificuldade de defini-la. Segundo Olimpia e Rolim (2000), isso se deve ao fato de haver certa imprecisão no conceito de informalidade; outra dificuldade para tal deve-se ao caráter dinâmico das atividades informais, conforme citado por Ribeiro e Bugarim (2003).

Cacciamali (2009) afirma que existem duas vertentes no conceito de “setor informal”, são elas: o conjunto de atividades econômicas onde os fatores trabalho e capital dentro de um processo produtivo não são claramente separados, geralmente, ressalta a autora, tal caso é evidenciado em pequenas empresas; a segunda conotação refere-se a toda atividade econômica desenvolvida fora da esfera regulatória, seja ela tributária, trabalhista, dentre outras. Neste sentido ressalta a autora que o termo “economia submersa” é mais adequado para denotar as atividades do setor informal.

Esta segunda interpretação é mais comum e mais apropriada para descrever o objeto da pesquisa, sendo que vários outros pesquisadores utilizam conceitos parecidos. Para Del’Anno (2003) *shadow economy* (sinônimo de economia submersa geralmente utilizado em pesquisas internacionais) descreve as atividades econômicas e seus rendimentos derivados que contornam a regulamentação governamental, a taxação fiscal ou sua simples observação. Conceito similar ao de Schneider (2008) que afirma que economia subterrânea engloba todas as atividades econômicas que são deliberadamente escondidas das autoridades públicas, por qualquer que seja a razão; destaca o autor as mais comuns, evasão fiscal, evasão da contribuição social, evitar obrigações determinadas pelas normas trabalhistas tais como, salário mínimo, máxima duração do trabalho, normas de segurança e para evitar complicações burocráticas.

Neste caso, podemos depreender que ambas as atividades, sejam elas legais ou ilegais, são intrínsecas a economia informal, tal como afirmam Ribeiro e Bugarim (2003); visto que ambas geram renda, porém, não são tributadas nem reguladas pelo governo.

Mirus e Smith (1997) conceituaram as atividades legais como aquelas cujas práticas são “aceitas” pela sociedade, como: omissão de bens e renda, lucro, permuta de serviços e produtos legais, recebimento de benefícios defendidos pela seguridade social, quando o agente não poderia, de fato, usufruir desse direito; e as atividades ilegais como aquelas repudiadas pela sociedade como tráfico de drogas, falsificação, roubo, contrabando e atividades correlatas.

Os estudos nesta área ainda são poucos, contudo a informalidade tem fundamental participação na economia formal, e seu entendimento é essencial para que as decisões macroeconômicas principalmente por parte do governo federal obtenham sucesso.

Schneider (2005) mostra em sua pesquisa que não se pode negar a influência da economia submersa para a eficiência e bom funcionamento da economia formal, corroborando com essa afirmação Naylo (2006) enfatiza que a economia formal e suas políticas não funcionariam eficientemente se separada da parte informal.

Schneider e Enste (2000) caracterizam as atividades informais como “todas que usualmente seriam tributadas se reportadas às autoridades tributárias”. Logo, o aumento da economia informal tem impacto negativo na receita tributária, diminuindo assim as contas do governo e, conseqüentemente, seu investimento, deteriorando a qualidade e quantidade de bens e serviços públicos oferecidos à sociedade.

Tabela 1: Evasão fiscal em porcentagem do PIB.

ANO	% do PIB
1998	29,74
1999	31.77
2000	32.48
2001	33.84
2002	35.86
2003	34.91
2004	35.96
2005	37.40
2006	36.40

Nota. Fonte: Schneider (2008)

Para exercer uma eficiente política de enfrentamento à informalidade o governo deve ter algumas ressalvas, como aponta Ribeiro e Bugarim (2003), por exemplo: o entendimento, tanto das possíveis causas que determinam o tamanho do mercado informal ou economia submersa quanto do seu funcionamento e a sua quantificação tornam-se cruciais do ponto de vista de política econômica, visto que os impactos dos seus diferentes instrumentos, implementados mediante os sistemas de regulação e de tributação, dentre outros, sobre o desempenho da atividade econômica serão completamente diferentes na presença daquele mercado. Portanto, a análise da frequência e da magnitude com as que as atividades informais ocorrem e da sua interação com a economia formal será essencial para uma efetiva atuação em termos de política econômica.

Contudo, cabe ressaltar que nem toda correlação entre o crescimento da economia submersa e o crescimento da economia formal é negativa. Para Adam et al (1985) esta correlação pode ser positiva, no sentido que, o aumento do produto e da renda geradas pelas atividades informais pode permitir que a parcela mais pobre da população perceba maneiras de produzir bens e serviços capazes de gerar renda, melhorando assim a qualidade de vida desta.

2.1 Evolução da economia submersa no Brasil

Existem diversos métodos diferenciados utilizados para se medir o tamanho e analisar o comportamento da economia informal.² Dentre eles destaca-se o método chamado Modelo de Múltiplas Causas e Múltiplos Indicadores, MIMIC, desenvolvido por Joreskog e Sorbom, em 1975, pois nele não se mede o efeito e a causa da informalidade através de apenas um indicador, mas a interação de vários indicadores.

Segundo Ribeiro (2000) este método é diferenciado, pois “é baseado em uma teoria estatística de variáveis latentes”, que considera múltiplas causas como: carga tributária, alta regulação governamental, redução da renda disponível, os determinantes para que os indivíduos se desloquem para a informalidade. “Concomitantemente às múltiplas causas o método considera múltiplos efeitos e indicadores suscetíveis à variação da economia informal como: indicadores monetários, de mercado de trabalho e do setor produtivo.”

Schneider (2008) utilizou o método MIMIC e constatou que, em média, a situação da economia submersa em relação ao PIB em 21 países da América Central e Latina cresceu de 41,1% em 1999/2000 para 43,4% em 2002/03 e depois declinou para o patamar de 42,2%; também destaca que na situação brasileira houve um aumento de 36,4% de 1995 para 42,3% em 2004.

Tabela 2: O tamanho e o desenvolvimento da Economia Submersa em 21 países da América Central e Latina entre os anos de 1999/00 a 2005/06.

País	ES (em % do PIB) utilizando o modelo DYMIMIC					
	1999/00	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Argentina	25	27	29	29	27	26
Bolívia	67	68	68	68	68	67
Brasil	40	41	42	42	41	39
Chile	20	20	21	20	19	18
Colômbia	39	41	43	42	41	39
Costa Rica	26	27	28	27	26	25
República Dominicana	32	33	34	34	35	35
Equador	34	35	37	36	35	34
El Salvador	46	47	48	48	47	47
Guatemala	51	51	52	51	50	49
Haiti	55	57	59	59	60	60
Honduras	50	50	51	51	49	48
Jamaica	36	37	39	39	38	38
México	30	32	33	32	32	30
Nicaragua	45	47	48	49	48	49
Panamá	64	62	60	58	56	54
Paraguai	37	39	41	43	46	47
Peru	60	60	61	59	58	57
Porto Rico	24	29	31	29	27	26
Uruguai	41	41	42	39	38	37
Venezuela	37	35	37	38	39	41
Média	41	42	43	42	42	41

Nota. Fonte: Schneider (2008). Tradução e adaptação própria

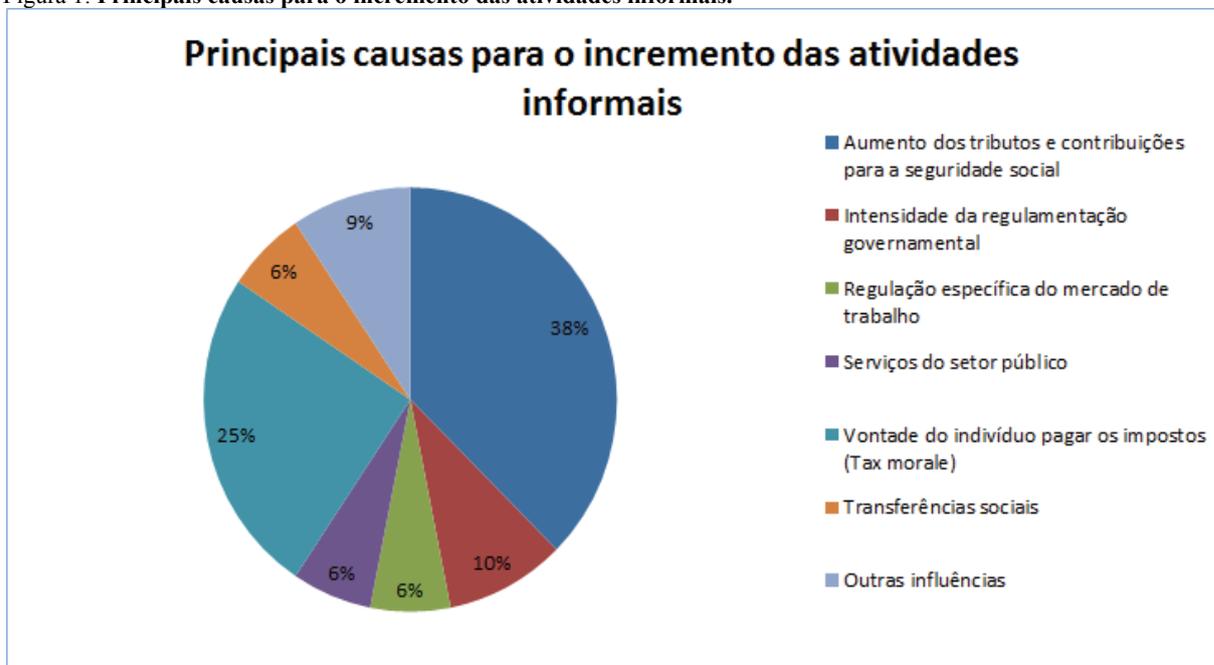
2.2 Fatores determinantes para a submersão econômica

Quando se discute informalidade e suas diversas manifestações é fundamental abordar as condições e os fatores que acarretam sua existência. Para os pesquisadores Ribeiro e Bugarim (2003) os fatores determinantes para o crescimento da economia submersa são: alta carga tributária; a crescente regulação na economia formal, principalmente a regulação do mercado de trabalho; e o desemprego. Os autores ressaltam outros fatores de natureza sociológica e psicológica, como o declínio da percepção de justiça e lealdade para com as instituições públicas, a redução do índice de moralidade e a redução do índice de percepção da corrupção, que atuam complementarmente com os fatores econômicos na medida em que estes “diminuem o custo de oportunidade da escolha dos indivíduos para atuar na informalidade”.

Carneiro (1997) complementa esta idéia ao afirmar que, no Brasil, o aumento da atividade subterrânea deve-se também: ao protecionismo e as políticas intervencionistas, que inibem a competição; a densa burocracia, que dificulta pequenos empreendedores participarem do sistema econômico mediante canais legais e ainda incentivaria à entrada destes na atividade submersa; além de ratificar que a complexa e elevada carga tributária e a elevada contribuição social são fatores decisivos, uma vez que a informalidade permite a redução dos custos e a flexibilização do mercado de trabalho pesadamente regulado no país.

Em uma de suas pesquisas, Schneider (2006) mensurou as principais causas para o incremento da economia submersa e qual a influência, proporcional, de cada uma no incremento total. A Figura 1 ilustra o resultado desta pesquisa.

Figura 1: Principais causas para o incremento das atividades informais.



Nota. Fonte: Schneider (2006). Tradução e adaptação própria.

Ribeiro e Bugarim (2003) também citam a inflação como fator de incremento, mas que, apesar de ter influência direta sobre a economia submersa, não apresenta impacto significativo sobre o seu crescimento. Para os autores, dois fatores têm maior impacto na informalização, são eles: a taxa de desemprego que se relaciona positivamente com a economia submersa, na ordem de 20,41%, e a renda disponível que possui relação negativa, no sentido de que uma diminuição da renda, devido ao aumento da carga tributária, aumentaria a atividade informal na ordem de 24,56%.

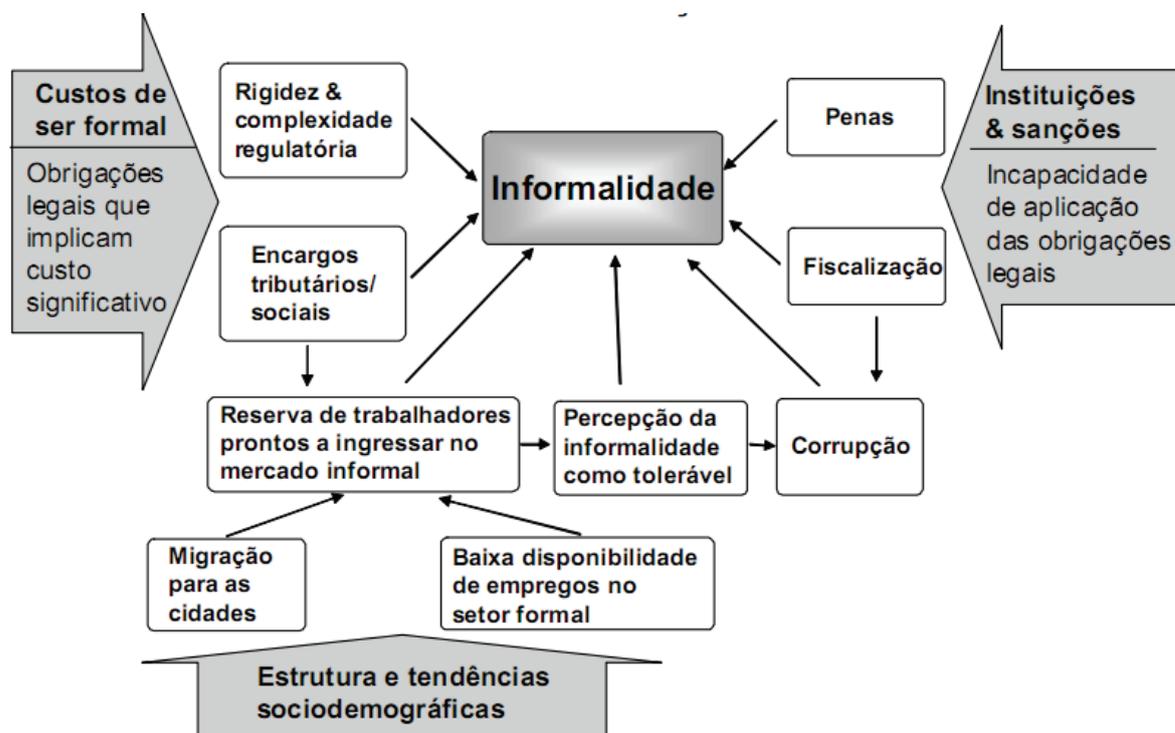
Outro fator relevante são os custos empresariais para se contratar um funcionário de acordo com a legislação, valores esses que podem ser iguais à remuneração recebida pelo funcionário (SCHNEIDER, 2008).

Esse elevado custo é uma das principais razões para que aproximadamente 60% da população economicamente ativa, cerca de 45 milhões, trabalhem em atividades informais (SCHNEIDER, 2008). Pois, este ônus relacionado aos encargos sociais tende a produzir um incentivo à sua sonegação como forma de redução de custos e, conseqüentemente, aumento da margem de lucro, principalmente em época de retração das atividades econômicas, afirma Ramos (2007).

Outro reforço para o crescimento da informalidade deve-se a ineficiência do governo tanto em fazer valer as leis, no sentido que falta autonomia aos órgãos regulatórios e rapidez ao sistema jurídico, aumentando assim a percepção de impunidade; quanto à administração pública, com altas taxas de corrupção e suborno e baixa qualidade dos serviços colocados à disposição da população, o que diminui a percepção de eficiência, conseqüentemente respeito e obediência à esta entidade.³

A Figura 2 retirada da pesquisa da Mckinsey Consulting (2010) sintetiza os principais fatores citados neste tópico relacionando-os entre si.

Figura 2: Principais fatores e suas respectivas interações.



Nota. Fonte: McKinsey Consulting & Company (2003).

3 Metodologia

A pesquisa foi realizada em uma famosa área comercial do Distrito Federal conhecida como Feira do Paraguai, ou Feira dos Importados.

A Feira dos Importados surgiu por volta do ano de 1997, quando se formou uma feira popular em área de domínio público do DF, comumente conhecida como Feira do Paraguai, nas imediações do Estádio Mané Garrincha, cujo objetivo precípua era a venda de produtos eletro-eletrônicos. O Governo do Distrito Federal (GDF) ainda no exercício de 1997 delimitou uma área reservada com cerca de 70.000 metros quadrados no Setor de Comércio Especial e transferiu a feira, mesclando-a com outras, tais como Feira do Conic, do Trabalhador e do Guará; a partir de então passou a ser conhecida como Feira dos Importados.

Atualmente a feira conta com 1990 boxes e 96 quiosques, que são ocupados por 1758 permissionários e emprega mais de 5000 pessoas.

A escolha pela feira deve-se ao fato da sua diversidade em diversos aspectos: são comercializados produtos desde eletrônicos, informática a móveis e produtos para o lar, passando por alimentação, moda, jogos, serviços, dentre outros; existem empreendimentos regularizados, formais, empreendimentos informais e alguns ilegais, conforme a classificação de Perry et al (2007); e os produtos comercializados que provêm de importação, produção própria ou revenda.

A pesquisa contou com uma amostra de 232 elementos, o que proporciona um erro amostral de 5% e 90% de nível de confiança. O sorteio dos participantes foi feito com o auxílio do software da Microsoft, Excel, onde foram simulados N números aleatórios, sendo N o número de elementos da amostra. Esse método foi possível devido à numeração contínua dada a cada empreendimento da feira, que serve como “endereço”.

Essa opção pela amostragem à pesquisa censitária é justificada pelo conceito de Zanella (2006) que afirma: no caso da população escolhida ser grande se faz necessária extração de

uma amostra para análise, devido ao alto custo e tempo demandado que inviabiliza que a pesquisa seja realizada na população inteira.

3.1 Caracterização do instrumento de pesquisa

Foi desenvolvido um questionário de autoria própria devido à restrita quantidade de estudos relacionados a esse tema no Brasil.

Com o objetivo de melhor captação das informações e menor viés, foram realizados três pré-testes consecutivos, que permitiram o aperfeiçoamento do instrumento de coleta. No primeiro, foram aplicados 23 questionários (10% da amostra); no segundo, 46 questionários (20% da amostra). O objetivo dos pré-testes é, segundo Easterby-Smith et al (1991), averiguar se as questões são compreensíveis e a sequência das perguntas são adequadas, se existe condição para que os dados sejam analisados e se os resultados têm sentido.

O questionário é composto em sua essência por variáveis explicativas qualitativas, *dummies*, e algumas quantitativas, tais como faixa etária e nível de escolaridade. As questões foram elaboradas com base nos estudos citados no referencial teórico desta pesquisa, principalmente na pesquisa da McKinsey Consulting (2010) e o estudo de Schneider (2008), *The shadow economies in central and south america with a specific focus on brazil and columbia*, de 2008, onde há um substancial relato sobre o cenário nacional relacionado à informalidade.

3.2 Procedimento de coleta e análise de dados

A coleta dos dados foi feita por meio de distribuição do questionário a diversos feirantes, selecionados aleatoriamente e interessados em participar da pesquisa, com recolhimento do questionário após uma hora.

Diversas dificuldades foram encontradas na aplicação do questionário, principalmente durante os pré-testes, tais como:

- i) falta de tempo por parte dos participantes em responder a pesquisa, resistência em se identificar como formal, resolvido com a aplicação dos questionários nas horas de menor movimento;
- ii) receio, por parte dos feirantes, quando a delicadeza do assunto. Parte considerável dos trabalhadores associou o pesquisador à receita federal. Houve maior receptividade quando o pesquisador se apresentou com roupas casuais, como bermuda e camiseta regata, junto da apresentação dos documentos da universidade;
- iii) não houve muita aceitabilidade quando o tema da pesquisa foi apresentado como “dificuldades para se regularizar uma empresa ou montar uma empresa no DF”. Para melhorar esse aspecto frisou-se que o intuito era de identificar as dificuldades que os empreendedores da própria Feira encontravam para manter um negócio; e,
- iv) resistência em se identificar como informal. Adotou-se então como Proxy para essa informação a posse ou não de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

Os dados coletados foram tabulados no programa Microsoft Excel, onde as linhas representavam os participantes e as colunas, as variáveis medidas.

Segundo Gujarati (2000) existem três formas mais comuns de se estimar modelos que envolvem variáveis de resposta dicotômicas, são eles: Modelo de probabilidade linear (MPL), *Logit* e *Probit*.

O modelo escolhido foi o *Logit*, onde é estimado o valor de L que representa o log da razão das probabilidades do indivíduo possuir a característica Y, no caso, CNPJ (b1), pela probabilidade dele não possuí-la. Maiores detalhes sobre modelos *Logit* podem ser encontrados em Gujarati (2000) e Corra, Paulo e Filho (2007).

Neste caso o modelo foi estimado pelo método de máxima verossimilhança, sendo cada observação tratada como uma realização simples de uma distribuição de Bernoulli, sendo a equação não linear nos parâmetros.

A forma funcional utilizada para estimação dos parâmetros é dada pela Equação (1):

$$\ln\left(\frac{P(\text{tem CNPJ})}{1-P(\text{tem CNPJ})}\right) = C + \beta_2 b_2 + \beta_3 b_3 + \beta_4 b_4 + \beta_5 b_5 + \beta_6 b_6 + \beta_7 b_7 + \beta_8 b_8 + \beta_9 b_9 + \beta_{10} b_{10} + \beta_{11} b_{11} + \beta_{12} b_{12} + \beta_{13} b_{13} + \beta_{14} b_{14} + \beta_{15} b_{15} + \beta_{16} b_{16} + \beta_{17} b_{17} + \beta_{18} b_{18} + \beta_{19} b_{19} + \beta_{20} b_{20} + \varepsilon_i ; \quad \dots(1)$$

onde:

C: constante;

b1: Cadastro Nacional de Pessoa Física (CNPJ). Variável dependente, 0 (zero) se não tiver o cadastro e 1 (um) caso tenha.

b2: faixa etária - foram consideradas as faixas: de 18 a 25 anos, de 25 a 35, de 35 a 45 e acima de 45, cada uma recebendo os valores de 1 a 4 respectivamente;

b3: escolaridade;

b4: horas de trabalho por dia, entre 6 e 12 horas;

b5: nascido em Brasília, assume valor um para os nascidos e zero para os não nascidos;

b6: estava empregado quando começou o negócio, assume valor um para os empregados e zero para os não empregados;

b7: conhece programas de auxílio a pequenos negócios, assume valor um para os que conhecem e zero para os que não conhecem;

b8: dispõem de alguma ajuda de programas de auxílio, assume valor um para os que dispõem e zero para os que não dispõem;

b9: empregabilidade, assume valor um para os que acreditam que arrumariam trabalho facilmente caso desistissem do negócio e zero para os que não acreditam;

b10: dificuldade para se registrar uma empresa, assume valor um para os que consideram que há dificuldade e zero para os que não consideram;

b11: alta carga tributária, assume valor um para os que consideram os impostos caros no Brasil e zero para os que não consideram;

b12: alta regulação do mercado de trabalho, assume valor um para os que consideram que há muita responsabilidade para se assinar uma carteira de trabalho e zero para os que não consideram;

b13: eficiência nos investimentos do governo, assume valor um para os que consideram que os serviços públicos prestados pelo governo são bons e zero para os que não consideram;

b14: vontade de pagar imposto, assume valor um para os que têm vontade de pagar imposto e zero para os que não têm vontade;

b15: crer em corrupção dos órgãos de fiscalização, assume valor um para os que acreditam que existe os órgãos fiscalizadores são corrompíveis e zero para os que não acreditam;

b16: percepção de impunidade, assume valor um para os que têm medo dos órgãos de fiscalização e zero para os que não possuem medo;

b17: conhece as punições aplicáveis aos negócios informais, assume valor um quando há conhecimento e zero quando não há;

b18: percepção de ilegalidade, assume valor um quando acredita-se que as atividades desobedecem alguma lei e zero para quando não acredita;

b19: percepção da política de contenção da informalidade do governo, assume valor um quando acredita-se que o governo preocupa mais em punir que educar sobre a regularização e zero quando não acredita; e,

b20: percepção de apoio do governo, assume valor um quando acredita-se que o governo tenta ajudar o pequeno negócio e zero quando não acredita; e,

ε_i : termo de erro estocástico $\sim N(0; \sigma^2)$.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais resultados encontrados são debatidos nesta seção.

A Tabela 3 apresenta as médias, os desvios-padrão e os coeficientes de variação das variáveis pesquisadas. Como pode ser visto, participar de algum programa de assistência social governamental e a impressão sobre a qualidade dos serviços públicos são as variáveis com maior grau de dispersão, enquanto a percepção de elevada carga tributária e a situação ocupacional no momento de abertura do negócio as com menor variabilidade.

Tabela 3: Descrição da amostra.

Variável	Obser.	Mínimo	Máximo	Média	Desv. Padrão	Coef. de Variação
b1	234	0	1	0,3419	0,4754	1,3905
b2	234	1	4	2,5688	0,8726	0,3397
b3	234	1	7	3,3889	1,342	0,3960
b4	234	6	12	0,2949	0,457	1,5497
b5	234	0	1	0,4189	0,4944	1,1802
b6	234	0	1	9,0513	1,4844	0,1640
b7	234	0	1	0,1752	0,381	2,1747
b8	234	0	1	0,0256	0,1584	6,1875
b9	234	0	1	0,1239	0,3302	2,6651
b10	234	0	1	0,7155	0,4521	0,6319
b11	234	0	1	0,9914	0,0923	0,0931
b12	234	0	1	0,9017	0,2983	0,3308
b13	234	0	1	0,047	0,2121	4,5128
b14	234	0	1	0,5855	0,4937	0,8432
b15	234	0	1	0,9615	0,1928	0,2005
b16	234	0	1	0,4359	0,4969	1,1399
b17	234	0	1	0,7308	0,4445	0,6082
b18	234	0	1	0,4402	0,4975	1,1302
b19	234	0	1	0,9701	0,1707	0,1760
b20	234	0	1	0,2778	0,4489	1,6159

O predomínio de empreendedores na faixa etária entre 26 e 45 anos pode ser visto na Tabela 4, cerca de 73% dos trabalhadores encontram-se nessa faixa etária.

Tabela 4: Faixa etária.

Faixa Etária	Porcentagem (%)
De 18 a 25 anos	10,6837
De 26 a 35 anos	36,7521
De 36 a 45 anos	37,6068
Acima de 46 anos	14,9572

Quanto à escolaridade, cerca de 52% têm ensino médio completo ou ao menos ingressaram no ensino médio. Apenas 3% dos trabalhadores têm nível superior completo, o que pode ser resultado tanto baixo retorno que anos adicionais de educação podem trazer para esse tipo de profissional, quanto conseqüência das oportunidades oferecidas pelo setor público para pessoas com esse grau de formação, situação típica do Distrito Federal. Os dados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5: **Escolaridade.**

Escolaridade	Porcentagem (%)
Ensino fundamental incompleto	17,094
Ensino fundamental completo	5,9829
Ensino médio incompleto	14,9573
Ensino médio completo	48,2906
Ensino superior incompleto	10,2564
Ensino superior completo	3,4188
Pós-graduado	0,0000

Como evidência a Tabela 6, cerca de 68% dos entrevistados declararam ter jornada de trabalho igual ou superior a 8 horas diárias

Tabela 6: **Horas de trabalho diárias.**

Horas de trabalho diário	Porcentagem (%)
6 horas	7,2650
7 horas	3,4188
8 horas	20,0855
9 horas	37,6068
10 horas	20,5128
11 horas	0,0000
12 horas	11,1111

A Tabela 7 apresenta os resultados das perguntas qualitativas, binárias. A menor parte dos entrevistados, 34,19%, declarou ter CNPJ, praticamente todos consideram alta a tributação e acreditam em corrupção no governo.

Tabela 7: **Distribuição de resposta das perguntas binárias.**

	Sim (%)	Não (%)
Possui CNPJ (b1)	34,188	65,812
Nascido em Brasília (b5)	29,4872	70,5128
Estava empregado quando abriu o negócio (b6)	41,8803	58,1196
Conhece os programas do governo de auxílio ao pequeno negócio (b7)	17,5214	82,4786
Beneficiário de programa de assistência social (b8)	2,5641	97,4359
Alta empregabilidade (b9)	12,3931	87,6068
Considera que há dificuldades para se registrar um negócio (b10)	70,9401	28,2051
Considera os impostos altos (b11)	99,1453	0,8547
Considera alta a regulação do mercado de trabalho (b12)	90,1709	9,82905
Considera bons os serviços públicos (b13)	4,70091	95,2991
Tem vontade de pagar imposto (b14)	58,547	41,453
Acredita que há corrupção no governo (b15)	96,1538	3,8462
Tem medo da fiscalização (b16)	43,5897	56,4103
Conhece as punições (b17)	73,0769	26,9231
Considera que desobedece a lei (b18)	44,0171	55,9829
Considera que o governo está mais preocupado em punir (b19)	97,0085	2,9915
Considera que o governo tenta ajudar a pequena empresa (b20)	27,7778	72,2222

Independentemente de atuarem ou não na formalidade, os entrevistados demonstraram que a crença no excesso de regulação trabalhista é dominante. Esse é um fato interessante, principalmente se considerarmos que quase 60% estava desempregada antes de iniciar o negócio. Aparentemente, para a maior parte desses trabalhadores, os direitos trabalhistas garantidos pela Lei são mais prejudiciais do que benéficos.

Poucos entrevistados, 17,52%, declaram conhecer os programas de auxílio à pequena empresa, sendo que mais de 95% têm uma percepção ruim da qualidade dos serviços públicos.

Esses resultados em conjunto nos auxiliam a traçar um pequeno perfil da amostra, que aparenta acreditar na existência de elevada carga tributária, com pouco retorno em termos de serviços públicos de qualidade, corrupção governamental e direitos trabalhistas que mais atrapalham do que ajudam.

A Tabela 8 apresenta os parâmetros estimados pelo modelo *Logit* conforme especificado na Equação 1.

Tabela 8: Resultados da regressão.

Variável	Coefficiente	Erro-Padrão	Estatística Z	Probabilidade
C	-22,96528	6,518598	-3,52304	0,0004
b2	-0,146781	0,383302	-0,382938	0,7018
b3	1,847004	0,558607	3,306444	0,0009
b4	0,663142	0,30848	2,149704	0,0316
b5	1,29672	0,797704	1,625565	0,104
b6	5,51535	1,679847	3,283246	0,001
b7	5,161608	1,39417	3,702282	0,0002
b9	-1,260818	1,392562	-0,905394	0,3653
b10	5,535638	1,448396	3,821908	0,0001
b12	0,351662	1,866603	0,188397	0,8506
b13	2,325421	1,457786	1,595173	0,1107
b14	0,534047	0,619471	0,862101	0,3886
b15	-1,815919	1,165111	-1,55858	0,1191
b16	-7,693429	1,970021	-3,905251	0,0001
b17	0,330823	0,855912	0,386516	0,6991
b18	-3,53797	1,309823	-2,701106	0,0069
b19	6,261258	1,8105	3,458304	0,0005
b20	0,347154	0,90804	0,382312	0,7022

McFadden R-squared	0,598261	Média da variável dep.	0,344828
D.P. var. dependente	0,47634	Erro padrão da regressão	0,300143
Crit. de info. de Akaike	0,672762	SQR	19,27831
Critério de Schwarz	0,940181	Log likelihood	-60,04039
Crit. de Hannan-Quinn	0,780609	Desvio	120,0808
Restr. desvio	298,9022	Restr. log likelihood	-149,4511
Estatística LR	178,8214	Média do. log likelihood	-0,258795
Prob(LR)	0,000		
Obs com dep. = 0	152		
Obs com dep. = 1	80	Total de observações	232

Para se verificar a robustez do modelo deve-se observar a estatística LR, onde se o valor da probabilidade for inferior a 5%, há indício de que o modelo se ajusta adequadamente aos dados. Como o valor calculado foi zero, pode-se assumir que o modelo estimado é apropriado.

Também é importante observar a significâncias estatística dos parâmetros estimados, o que é feito com auxílio da estatística de teste Z, onde o valor z deve estar fora do intervalo (-1,96, +1,96), para que a parâmetro tenha sua irrelevância estatística rejeitada.

Os parâmetros estimados: “b2”, “b5”, “b9”, “b10”, “b12”, “b14”, “b15”, “b17” e “b20”, não podem ser considerados estatisticamente diferentes de zero.

Separadas as variáveis estatisticamente significativas, o antilog de seus coeficientes podem ser calculados. O que é necessário para se estimar a mudança na probabilidade associada (*odds ratio*) da variável dependente à variações nas variáveis explicativas.. Os resultados são apresentados na Tabela 9

Tabela 9: **Antilog.**

Variáveis	Coefficiente	Antilog
C (Dependente)	-22,9653	0,0000
b3	1,8470	6,3408
b4	0,6631	1,9409
b6	5,5153	248,4769
b7	5,1616	174,4447
b13	2,3254	10,2310
b16	-7,6934	0,0005
b18	-3,5378	0,0291
b19	6,2613	523,8776

Observa-se que a variável b3, escolaridade, possui sinal positivo em seu coeficiente, o que representa uma relação positiva com a variável dependente. Quer dizer que quanto maior o grau de instrução do empreendedor, maior é a chance dele possuir CNPJ, na ordem de 6,34 mais chances por uma variação na escolaridade.

A variável b4, horas de trabalho diário, também possui sinal positivo no coeficiente e conforme análise do antilog, a cada hora de trabalho a mais que o indivíduo possua no dia eleva-se a chance deste possuir CNPJ em 94%. Esse resultado pode ter uma relação direta com o medo de ser punido pela fiscalização e ter parte dos benefícios de seu trabalho transferidos para o governo na forma de multa.

As pessoas que se encontravam empregadas antes da abertura do negócio (b6) possuem 248,5 mais chance de possuir CNPJ do que as pessoas que estavam desempregadas. Uma diferença tão grande talvez possa ser explicada pela aversão ao risco dos empreendedores. O indivíduo que está empregado e pede demissão para administrar seu negócio aparenta estar menor propenso a se expor aos risco de possíveis punições ligadas a atuação ilegal. Ou seja, ele é mais sensível a presença de garantias legais

Conhecer os programas de auxílio à pequena empresa (b7) também afeta positivamente a regularização do negócio, aumenta em 174,5 vezes a chance dele ser regular. Esse resultado tem importante desdobramento em termos de política pública, pois indica que o aumento na divulgação de tais programas podem auxiliar na maneira considerável a redução da informalidade.

Aqueles que acreditam serem bons os serviços públicos (b13), têm 10,23 mais chances de serem regularizados do que os que acreditam serem os serviços ruins. Essa estimativa pode indicar que há algum tipo de relação entre a crença que se recebe serviços

públicos adequados e a disponibilidade em financiá-los, resultado direto da regularização do negócio.

O medo da fiscalização (b16) é praticamente irrelevante na decisão de se regularizar o não o negócio. A se somar esse resultado com o da variável b7 e b13, percebe-se que o impacto marginal da propaganda dos programas de apoio ao pequeno empreendedor e a melhoria na prestação dos serviços públicos é mais eficaz no combate à informalidade do que a fiscalização. A não ser que as ações de fiscalização fossem intensificada de tal forma, que a percepção de medo dos empreendedores mudasse.

Acreditar que se pratica algum tipo de comércio ilegal (b18) reduz consideravelmente as chances de formalidade. Um comerciante que crê vender algo ilegal tem apenas 2,91% de chance de ter um negócio regularizado. É provável que por já se achar sujeito a possíveis punições legais, esse tipo de empreendedor não veja razão em se evitar punições adicionais, resultantes da não regularização do negócio.

Indivíduos que consideram que o governo federal se preocupa mais em punir empreendedores submersos do que em educá-los quanto às vantagens de se regularizar o negócio (b19), têm 523,87 mais chance de possuir CNPJ do que os aqueles que acreditam estar o governo mais preocupado em educar. Há a possibilidade de essa estimativa estar ligada ao grau de aversão de risco dos empreendedores. Aqueles que vêem o governo como um ente com ímpeto punitivo em vez de educacional têm mais receio em se expor ao risco de punição.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este estudo contribui para uma melhor compreensão a respeito da economia submersa, tendo como foco o comportamento dos pequenos empreendedores. Geralmente os estudos nesta área utilizam-se do modelo MIMIC, modelo de múltiplas causas e múltiplos indicadores, para mensurar o tamanho, o comportamento e o impacto da submersão, porém faltam pesquisas que tentem compreender a raiz desta ocorrência.

A principal contribuição, portanto, deve-se ao fato da incipiência de estudos na área, principalmente no Brasil. Percebe-se no referencial que as principais pesquisas feitas a respeito da informalidade empresarial e seu impacto no Brasil foram elaboradas por pesquisadores ou entidades estrangeiras. Ressalta-se a importância destas pesquisas para uma melhor adequação das políticas públicas referentes ao assunto, pois como analisado neste estudo a percepção dos empreendedores informais quanto a estas políticas ainda é ruim, sendo que a maioria não acha que o governo tenta ajuda-los e quase 100% considera que o governo prioriza a punição à educação.

Dentre os impactos da economia submersa na economia formal mensurados por Schneider (2008), cabe ressaltar a evasão fiscal, o déficit nas arrecadações chegou ao patamar de 36% em porcentagem do PIB em 2006, ou seja, este é um assunto de suma importância para o governo. Olimpia e Rolim (2000) frisam a necessidade de um conjunto amplo de medidas de enfrentamento e contenção da submersão, a recomendação é de que o primeiro passo seja compreender as necessidades dos novos empreendedores, como citado na pesquisa GEM 2009 são quase 19 milhões, para depois serem tomadas as medidas. Outra contribuição desta pesquisa é mostrar que existe viabilidade de se dedicar atenção aos informais, pois existe grande chance deles se formalizarem, visto que a maioria, em tono de 66% demonstraram interesse em pagar impostos mesmo considerando eles altos.

Assim como o caráter inovador da pesquisa traz vantagens, também impõem certas limitações. No caso desta pesquisa faltou precisão nos dados coletados através das variáveis explicativas, o que é explicado devido à falta de referência e estudos aprofundados. Outros determinantes que limitam muito a formulação dessas variáveis são os fatores percebidos em campo, como: a resistência a participação da pesquisa por parte dos informais, pelo receio de serem identificados ou pela a descrença de que alguma coisa possa mudar; a diversidade dos

níveis escolares que restringe o questionário em relação a gramática, pois como apontado nos resultados, há empreendedores que não possuem nem o ensino fundamental completo.

Porém, com toda a dificuldade encontrada o objetivo do estudo foi ao menos parcialmente atingido, pois algumas hipóteses explicativas foram relacionadas com sucesso em relação à variável dependente. Percebe-se também que a hipótese sugerida por Perry et al (2007) de que os indivíduos analisam implicitamente o custo-benefício de ultrapassar a margem para a formalidade e optam por não fazê-lo, não é inteiramente verdade no caso do Brasil, pois a análise do custo-benefício por parte do empreendedor tem forte viés devido a falta de educação e informação, o que é depreendido da análise descritiva dos dados, onde 82% desconhece os programas de incentivo e auxílio aos pequenos negócios e 74% não considera que o governo tem intenção de ajudá-los.

REFERÊNCIAS

ADAM, M.; GINSBURGH, V. The effects of irregular markets on macroeconomic policy: some estimates for Belgium. **European Economic Review**, v. 29, p. 15-33, 1985.

BAUER, M.W.; GASKELL, G.; ALLUM, N.C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CACCIAMALI, M.C. **As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda**. Em: CAMARGO, J.M.; GIAMBIAGI, F. (orgs.) **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CARNEIRO, F.G. The changing informal labour Market in Brazil: cyclicity versus excessive intervention. **Labour: Review of Labour Economics and Industrial Relations**, v.11, n.1, p. 01-22, 1997.

DE SOTO, H. **The other path**. Nova Iorque: Harper and Row, 1989.

DELL'ANNO, R. **Estimating the shadow economy in Italy: a structural equation approach**. Department of Economics and Statistics, University of Salerno. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/aah/aarhec/2003-7.html>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

EASTERBY-SMITH, M.; THORPE, R.; LOWE, A. **Management research: an introduction**. Londres: Sage, 1991.

FEIGE, E.L. The underground economy and the currency enigma. **Supplement to Public Finance / Finances Publiques**, ed. 49, p.19-36, 1994.

GAJURATI, D. N.. **Econometria Básica**. Terceira Edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

INSTITUIÇÃO BRASILEIRA DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE (Brasil). **Global Entrepreneurship Monitor Brasil: GEM Brasil**. Ano 2009. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/EB2AB20EEE491FB6832576FC006CE794/\\$File/NT00043D82.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/EB2AB20EEE491FB6832576FC006CE794/$File/NT00043D82.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMIA APLICADA - IPEA. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Boletim Mercado de Trabalho nº 24 - agosto de 2004. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/bcmt.html>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

JOHNSON, S.; KAUFMANN, D.; ZOIDO-LOBATÓN, P; Corruption, public finances and the unofficial economy. **World Bank Discussion Paper**, 1998.

MACHADO, D. G.; AZEVEDO, T. P.; SILVA, R. P.. O impacto gerado pela tributação no empreendedorismo. **Contexto**, Porto Alegre, v. 7, n. 12, p.1-10, 2007. Semestral. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/viewFile/11166/6609>>. Acesso em: 15 out. 2010.

MCKINSEY CONSULTING & COMPANY (São Paulo, 2003). **Eliminando as Barreiras ao Crescimento Econômico e à Economia Formal no Brasil**. Disponível em: <http://www.etc.org.br/user_file/ETCO_McKinsey_Diag_Informalidade.pdf>. Acesso em: 10 out. 2010.

MIRUS, R.; SMITH, R.S. **Canada's underground economy: measurement and implications**. Em: LIPPERT, O.; WALKER, M. **The underground economy: global evidence of its size and impact**. Vancouver: Fraser Institute, 1997.

OLIMPIA, V.; ROLIM, L. Ações do governo federal para reduzir a informalidade no mercado de trabalho. **Boletim de Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, São Paulo, out. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/bcmt.html>>. Acesso em: 15 out. 2010.

PERRY, G.E.; MALONEY, W.F.; ARIAS, O.S.; FAJNZYLBER, P.; SAAVEDRA-CHANDUVI, J. **Informality: Exit and Exclusion**. Washington: The World Bank, 2007. 252 p. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=JXIQHXi_crAC&printsec=frontcover&dq=informality+perry&source=bl&ots=m-qzh_Bz7x&sig=x0vQZWFt7YhMuvHV-Bkm74kTAu8&hl=pt-BR&ei=5g_sTOCmNoT6sAPGu-yXDw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBoQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 21 set. 2010.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais**. IPEA, 2007. (Texto para Discussão, n. 1255).

RAMOS, L.; BRITTO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais**. IPEA, 2004. (Texto para Discussão, n. 1011).

RIBEIRO, R.N. **Causas, efeitos e comportamento da economia informal no Brasil**. 2000. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Economia do Setor Público) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

RIBEIRO, R.N.; BUGARIN, M.N. **Fatores determinantes e evolução da economia submersa no Brasil**. São Paulo: Est. Econ., 2003. V.33, N.3, Páginas 435-466.

SCHNEIDER, F. Can the shadow economy be reduced through major tax reforms? An empirical investigation for Austria. **Supplemente to Public Finance/ Finances Publiques**, 49, p. 137-52, 1994.

_____. Shadow economies around the world: What do we really know? **European Journal of Political Economy** vol. 21, no. 3, Sept. 2005, S. 598-642; Amsterdam: Elsevier.

_____. 2006, Linz. **Shadow economies and Corruption of 145 countries all over the world: What do we really know?**. Economics, Open Access e-journal . Disponível em: <http://www.economics-ejournal.org/economics/journalarticles/2007-9/version_1/count>. Acesso em: 18 out. 2010.

_____. 2008, Rio de Janeiro. **The Shadow Economies in Central and South America with a Specific Focus on Brazil and Columbia: What do we know?** . Rio de Janeiro: Etco, 2008. 41 p. Disponível em: <www.etco.org.br/user_file/shadowEconomy/04_Artigo_Schneider.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2010.

SCHNEIDER, F.; ENSTE, D.H. Shadow economies: size, causes and consequences. **Journal of Economic Literature**, 38, p. 77, 2000.

VERGARA, S.C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia da pesquisa**. Apostila elaborada para o curso de administração na modalidade a distância. Brasília: UnB, 2009.